



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

26/03/2018 ATÉ 26/03/2018

INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG DIEGO EMIR.....	1
	1.2 BLOG GENIVALDO ABREU.....	2
	1.3 BLOG MARCO DEÇA.....	3
	1.4 SITE BNC NOTÍCIAS.....	4
2	CASO DÉCIO SÁ	
	2.1 BLOG HOLDEM ARRUDA.....	5
	2.2 BLOG MARCO DEÇA.....	6 7
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	8
	3.2 BLOG JAILSON MENDES.....	9
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 BLOG DANIEL MATOS.....	10
	4.2 BLOG DO NETO FERREIRA	11
	4.3 BLOG DO VARÃO.....	12
	4.4 BLOG ROBERT LOBATO.....	13
	4.5 BLOG VANDOVAL RODRIGUES.....	14
	4.6 SITE MARANHÃO HOJE.....	15
5	JUÍZES	
	5.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	16
	5.2 BLOG LUÍS PABLO.....	17
	5.3 BLOG PÁGINA 2.....	18
	5.4 BLOG WILTON LIMA.....	19
	5.5 SITE MARANHÃO HOJE.....	20
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 BLOG DANIEL MATOS.....	21
	6.2 BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	22
7	SINDJUS	
	7.1 SITE SINDJUS.....	23
8	VARA CRIMINAL	
	8.1 SITE DIÁRIO DE BALSAS.....	24
	8.2 SITE IMIRANTE.COM.....	25
9	VARA CÍVEL	
	9.1 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	26

Justiça reconhece interdição da "Estrada da Sunil" como ilegal e determina reintegração de posse

26/03/2018 10:25:38

A decisão mesmo tardia, haja vista na manhã da última quinta-feira (22) já ter havido um acordo para desobstrução da estrada, coíbe outras manifestações futuras nesse sentido.

Com uma vasta lista de reivindicações ao poder público alguns moradores dos assentamentos Francisco Romão, Novo Oriente e adjacentes, resolveram ocupar a chamada "Estrada da Sunil" impedindo o fluxo normal de veículos, causando um prejuízo enorme a produtores de soja, transportadoras de eucaliptos e siderúrgicas.

A manifestação seguiu-se por quase duas semanas e chegou a prejudicar até os próprios manifestantes que impediram a passagem da Equipe de PSF que prestam assistência médica á todos os assentados daquela região.

Na manhã da última quinta-feira (22), em uma reunião com a promotora de Justiça Dra Camila Gaspar, envolvendo representantes da Companhia Vale, Suzano, produtores de Soja, principais responsáveis pela situação em que se encontra essas estradas, ficou decidido que essas empresas em parceria com o poder público municipal, a partir de hoje (23) seriam iniciado um serviço paliativo no sentido de melhorar a trafegabilidade dos veículos em toda aquela região.

Em contrapartida a essa decisão em conjunto, os manifestantes desobstruíram a Estrada da Sunil e os trabalhos já foram iniciados na manhã de hoje (23).

Decisão Liminar

O Juiz da 1ª Vara de Açailândia, Franklin Brandão Júnior acatou na manhã da última sexta-feira (23) pedido de liminar impetrado pelo município, determinando a imediata expedição de mandado de reintegração de posse para que os manifestantes se retirem do local onde se encontram, no prazo de 24 horas, bem como se abstenham de pratica qualquer ato tendente a impedir o tráfego em qualquer trecho da Estrada da Sunil, sob pena de multa diária per capita de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia.

Na decisão da justiça ficou bem claro que caso os manifestantes se recusem a cumprir a presente determinação de forma pacífica, autorizou, desde logo, a requisição de força policial para efetivação do mandado de reintegração de posse, com a prudência e moderação necessária.

Mesmo que tardia, a medida liminar deixa clara a ilegalidade desse tipo de manifestação e serve de aviso para qualquer pessoa que busque requerer os seus direitos utilizando desse subterfúgio para alcança-los.

Para combater violência no campo, Zé Inácio solicita ao TJMA criação de vara agrária

Por Daniel Matos • domingo, 25 de Março de 2018 às 10:09

Deputado Zé Inácio com o Presidente do TJMA., desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Devido aos números alarmantes de conflitos ocorridos no campo no Maranhão, o Deputado Zé Inácio (PT) participou na última quinta-feira 22/03, de uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão-TJMA, Desembargador José Joaquim, para tratar da instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão, no Poder Judiciário.

O pedido é uma indicação do Deputado Zé Inácio (PT), que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Estado do Maranhão, para processar e julgar com exclusividade as ações que tratem de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A tensão social se agrava a cada dia, e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que será realizado um novo encontro com o Desembargador José Joaquim, o Deputado Zé Inácio, e com representantes das entidades no Estado que lutam para combater a violência no campo.

“O campo derrama sangue todos os dias, os povos que vivem nestas áreas estão cansados de terem suas terras invadidas e suas propriedades saqueadas, e junto com isso a apatia e o descaso dos órgãos competentes que estão deixando que várias famílias venham a ser expulsas indiscriminadamente, então com a criação desta Vara poderá solucionar estes conflitos pela terra e ajudar na prevenção e combate de novos conflitos”, disse Zé Inácio.

Dados

Em 2015, foi realizada na Assembleia uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias que denunciou a morte de uma liderança indígena Kaapor.

Há seis anos o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016, foram registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas.

Balanço dos 100 dias de gestão do desembargador José Joaquim aponta avanços no Judiciário maranhense

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, disse que a diretriz estratégica de sua gestão tem sido manter o Poder Judiciário próximo do cidadão, ao alcance da sociedade

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, fez um balanço das atividades desenvolvidas nos 100 dias no comando do Judiciário maranhense. O magistrado tomou posse no dia 15 de dezembro de 2017.

“Em 100 dias, o Tribunal de Justiça promoveu importantes ações no sentido de modernizar o serviço prestado aos jurisdicionados, com ênfase para projetos voltados à celeridade processual”, afirma o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Entre as ações desenvolvidas no período, destacam-se as gestões feitas junto à Assembleia Legislativa para aprovação do Projeto de Lei que reajustou em 5% os salários dos servidores; o aumento dos auxílios-saúde e alimentação dos servidores; o anúncio da vigência da Resolução para garantir mais eficiência ao trabalho desenvolvido na área de segurança institucional; a entrega de ambulância com equipamentos para atendimento de magistrados, servidores e de pessoas que utilizam os serviços judiciários no prédio-sede do TJMA; a implantação do sistema de videoconferência entre os órgãos do Judiciário; entre outros.

O plano de capacitação de servidores e magistrados para o ano de 2018, elaborado com o diretor da Escola Superior da Magistratura, desembargador Paulo Velten; a implantação do sistema de videoconferência entre os órgãos do Judiciário; o apoio incondicional ao Núcleo de Solução de Conflitos no sentido de reduzir a litigiosidade, utilizando os mecanismos de conciliação, também incluem-se entre as atividades desenvolvidas no período.

CONCILIAÇÃO

O presidente do TJMA afirmou que a conciliação vem sendo uma prioridade na sua gestão. “Diante de uma demanda processual altíssima, faz-se necessário positivar o instituto da conciliação, para que a resolução consensual seja priorizada. Para isso, o Tribunal de Justiça está dando apoio incondicional ao Núcleo de Solução de Conflitos, que, com ações práticas e efetivas, vem contendo o ímpeto de litigiosidade no Estado”, frisou, acrescentando que o TJMA vai viabilizar a instalação de Plataforma Digital de Conciliação no prédio-sede do Poder Judiciário.

Ele diz que o ganho social com os métodos alternativos de resolução de litígios é muito grande. “Não mediremos esforços em prol da composição amigável para viabilizar a superação de litígios que, ao serem resolvidos, possibilitam que outros processos possam ser analisados e julgados, desafogando o Poder Judiciário”, pontuou o presidente do TJMA.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos afirmou que a responsabilidade socioambiental é também uma prioridade do Poder Judiciário estadual.

“É uma ação afirmativa, cujos resultados já se materializam com o importante trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Gestão Socioambiental que, numa reunião de avaliação e planejamento na minha gestão, mostrou a sua importância institucional. O Núcleo representa um marco histórico na trajetória da Corte estadual de Justiça e já integra o rol dos valores organizacionais do órgão”, pontuou.

O magistrado disse que priorizar a sustentabilidade é se preocupar com o futuro do planeta. “A estratégia de elaborar planos de ação para avançar rumo a um padrão de desenvolvimento sustentável é uma inteligente solução para preservar o meio ambiente, gerar economia e equilibrar gastos diante das limitações econômicas enfrentadas no momento”, assinalou.

Ele destacou que o trabalho sólido e eficiente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça, presidida pelo desembargador Jorge Rachid, é premissa para o desenvolvimento sustentável, no âmbito do Judiciário, estimulando agendas positivas para trazer bons retornos no campo institucional e assumindo compromissos com a sociedade e com o planeta.

CASA DA CRIANÇA

José Joaquim Figueiredo dos Anjos explicou que o trabalho desenvolvido na Casa da Criança tem um grande alcance social e também está sendo valorizado na sua gestão.

Durante uma visita às instalações do órgão na Casa da Justiça e Cidadania - ocasião em que foi entregue uma Van para o transporte de crianças ali abrigadas pelo Ministério do Trabalho - ele afirmou que Tribunal de Justiça do Maranhão atuará sempre no sentido de oferecer as melhores condições possíveis para que as crianças abrigadas continuem sendo amparadas com dignidade na instituição.

OUIDORIA

O presidente do TJMA entende que a Ouvidoria deve possuir todas as condições para ouvir as reivindicações dos jurisdicionados, para que o Judiciário possa buscar o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Nesse sentido, está dando apoio incondicional ao ouvidor-geral, desembargador José Luiz Almeida, para que o órgão ajude as unidades judiciais e administrativas a serem mais receptivas às demandas que chegam da sociedade, aprimorando o funcionamento do Judiciário, bem como fornecendo uma resposta satisfatória aos anseios dos cidadãos.

Na sua gestão, já foi realizada uma audiência pública, em São Bento, para ouvir as reclamações e sugestões dos jurisdicionados da comarca. O evento contou com a participação de juízes da região, advogados, promotores e gestores municipais.

MAIS

EM <https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2018/03/26/balanco-dos-100-dias-de-gestao-do-desembargador-jose-joaquim-aponta-avancos-no-judiciario-maranhense/>

INFORMAÇÕES

Para combater a violência no campo, Zé Inácio solicita ao TJMA criação de Vara Agrária

25/03/2018 08:39:10

Devido aos números alarmantes de conflitos ocorridos no campo no Maranhão, o Deputado Zé Inácio (PT), participou na última quinta-feira 22/03, de uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão-TJMA, Desembargador José Joaquim, para tratar da instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão, no Poder Judiciário.

O pedido é uma indicação do Deputado Zé Inácio (PT), que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Estado do Maranhão, para processar e julgar com exclusividade as ações que tratem de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A tensão social se agrava a cada dia, e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que será realizado um novo encontro com o Desembargador José Joaquim, o Deputado Zé Inácio, e com representantes das entidades no Estado que lutam para combater a violência no campo.

"O campo derrama sangue todos os dias, os povos que vivem nestas áreas estão cansados de terem suas terras invadidas e suas propriedades saqueadas, e junto com isso a apatia e o descaso dos órgãos competentes que estão deixando que várias famílias venham a ser expulsas indiscriminadamente, então com a criação desta Vara poderá solucionar estes conflitos pela terra e ajudar na prevenção e combate de novos conflitos", disse Zé Inácio.

Dados

Em 2015, foi realizada na Assembleia uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias que denunciou a morte de uma liderança indígena Kaapor.

Há seis anos o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016, foram registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas.

Deputado Zé Inácio pede ao TJ criação de Vara Agrária

26/03/2018 11:36:24

Devido aos números alarmantes de conflitos ocorridos no campo no Maranhão, o Deputado Zé Inácio (PT), participou na última quinta-feira 22/03, de uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão-TJMA, Desembargador José Joaquim, para tratar da instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão, no Poder Judiciário.

O pedido é uma indicação do Deputado Zé Inácio (PT), que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Estado do Maranhão, para processar e julgar com exclusividade as ações que tratem de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A tensão social se agrava a cada dia, e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que será realizado um novo encontro com o Desembargador José Joaquim, o Deputado Zé Inácio, e com representantes das entidades no Estado que lutam para combater a violência no campo.

"O campo derrama sangue todos os dias, os povos que vivem nestas áreas estão cansados de terem suas terras invadidas e suas propriedades saqueadas, e junto com isso a apatia e o descaso dos órgãos competentes que estão deixando que várias famílias venham a ser expulsas indiscriminadamente, então com a criação desta Vara poderá solucionar estes conflitos pela terra e ajudar na prevenção e combate de novos conflitos", disse Zé Inácio.

Dados

Em 2015, foi realizada na Assembleia uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias que denunciou a morte de uma liderança indígena Kaapor.

Há seis anos o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016, foram registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas.

Para combater a violência no campo, Zé Inácio pede ao TJ criação de Vara Agrária

25/03/2018

Devido aos números alarmantes de conflitos ocorridos no campo no Maranhão, o Deputado Zé Inácio (PT), participou na última quinta-feira 22/03, de uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão-TJMA, Desembargador José Joaquim, para tratar da instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão, no Poder Judiciário.

O pedido é uma indicação do Deputado Zé Inácio (PT), que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Estado do Maranhão, para processar e julgar com exclusividade as ações que tratem de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A tensão social se agrava a cada dia, e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que será realizado um novo encontro com o Desembargador José Joaquim, o Deputado Zé Inácio, e com representantes das entidades no Estado que lutam para combater a violência no campo.

“O campo derrama sangue todos os dias, os povos que vivem nestas áreas estão cansados de terem suas terras invadidas e suas propriedades saqueadas, e junto com isso a apatia e o descaso dos órgãos competentes que estão deixando que várias famílias venham a ser expulsas indiscriminadamente, então com a criação desta Vara poderá solucionar estes conflitos pela terra e ajudar na prevenção e combate de novos conflitos”, disse Zé Inácio.

Dados

Em 2015, foi realizada na Assembleia uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias que denunciou a morte de uma liderança indígena Kaapor.

Há seis anos o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016, foram registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas.

SERRANO DO MARANHÃO: Ex-prefeito é condenado por ato de improbidade administrativa

O juiz Douglas Lima da Guia, titular da Comarca de Cururupu, proferiu sentença na qual condena Uaunis Rocha Rodrigues por atos de improbidade administrativa. De acordo com o Judiciário, Uaunis praticou os atos quando era prefeito do município de Serrano do Maranhão, em 2013. Ele foi enquadrado nos artigos 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa, consistente em dar iniciativa ao processo legislativo municipal para adequar o funcionamento do Conselho Tutelar de Serrano do Maranhão à Lei 12.696, A Lei 12.696/12, que modificou a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando a disciplina dada aos Conselhos Tutelares, omissão essa que teria causado dano ao erário.

Na sentença, o magistrado relata que o ex-gestor foi notificado para apresentar contestação preliminar, mas não o fez. Posteriormente, após encerrada a instrução processual, novamente o ex-prefeito não apresentou alegações finais. Ao analisar o caso, o juiz entendeu que a omissão do ex-prefeito ocorreu mesmo após expressa recomendação do Ministério Público, por meio de portarias e ofícios, alertando-o, inclusive, quanto à responsabilização pela omissão.

Para o Poder Judiciário, ficou comprovado que o requerido, na condição de Prefeito de Serrano do Maranhão, permaneceu omissor, mesmo depois do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ter solicitado a ele a edição de projeto de lei para alteração da Lei Federal 12.696 à Lei Municipal 61/2001. “Portanto, resta configurado o dolo genérico do agente, tal como reconhecido pela jurisprudência pátria em casos de omissão do prefeito em garantir recursos para o devido funcionamento do conselho tutelar, uma vez que se trata de matéria cuja iniciativa é do representante do Poder Executivo”, expressa a sentença.

Por fim, o juiz julgou procedente a ação, condenando o requerido Uaunis Rocha Rodrigues, aplicando a ele diversas penalidades, entre as quais: Perda de função pública (caso esteja exercendo alguma); Suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos; Multa civil no valor correspondente a dez vezes a remuneração mensal quando ele exercia o cargo de prefeito de Serrano do Maranhão; Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de cinco anos.

Para combater a violência no campo, Zé Inácio (PT) solicita ao TJMA criação de Vara Agrária

25/03/2018 04:00:00

Devido aos números alarmantes de conflitos ocorridos no campo no Maranhão, o Deputado Zé Inácio (PT), participou na última quinta-feira 22/03, de uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão-TJMA, Desembargador José Joaquim, para tratar da instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão, no Poder Judiciário.

O pedido é uma indicação do Deputado Zé Inácio (PT), que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Estado do Maranhão, para processar e julgar com exclusividade as ações que tratem de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A tensão social se agrava a cada dia, e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que será realizado um novo encontro com o Desembargador José Joaquim, o Deputado Zé Inácio, e com representantes das entidades no Estado que lutam para combater a violência no campo.

"O campo derrama sangue todos os dias, os povos que vivem nestas áreas estão cansados de terem suas terras invadidas e suas propriedades saqueadas, e junto com isso a apatia e o descaso dos órgãos competentes que estão deixando que várias famílias venham a ser expulsas indiscriminadamente, então com a criação desta Vara poderá solucionar estes conflitos pela terra e ajudar na prevenção e combate de novos conflitos", disse Zé Inácio.

Dados

Em 2015, foi realizada na Assembleia uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias que denunciou a morte de uma liderança indígena Kaapor.

Há seis anos o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016, foram

registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas.

Em nota, MP nega reabertura do caso "Décio Sá" e defende promotor

A nota da promotoria sai em defesa do promotor da Gaeco, citado em postagens de forma negativa com relação ao caso do jornalista.

O Ministério Público do Maranhão publicou nota no site oficial da instituição, referente as recentes investidas de meios de comunicação no Estado que insinuam suspeitas contra o promotor público Marco Aurélio cordeiro, membro do GAECO. O MP ainda nega reabertura do caso do assassinato do jornalista Décio Sá, ocorrida em 2012.

Veja a nota do MP:

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Diante de notícias publicadas em veículos de comunicação acerca de acusações infundadas contra o promotor de justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, no que se refere à reabertura do inquérito policial que investiga o assassinato do jornalista Décio Sá, em abril de 2012, temos a esclarecer o seguinte:

1. É inverídico e leviano o depoimento veiculado na mídia que imputa ao Promotor de Justiça Marco Aurelio Cordeiro Rodrigues a prática de condutas criminosas no curso de investigação referente ao assassinato do jornalista Décio Sá.

2. Na verdade, o documento veiculado traz pretensão de macular a honra e a imagem do referido membro do Ministério Público, cuja atuação profissional é marcada com notas indelévels de retidão e respeito aos princípios constitucionais e republicanos.

3. Esclarece-se que não houve reabertura da investigação sobre a morte do citado jornalista a pedido do procurador-geral de Justiça. Este tão somente encaminhou Representação que lhe foi dirigida, pelo Deputado Estadual Raimundo Cutrim, a 23ª Promotoria de Justiça Criminal, responsável pela condução do caso Décio Sá. O titular desta unidade requereu a instauração de inquérito policial ao delegado geral, visando apurar a autenticidade dos documentos apresentados pelo parlamentar.

4. Em relação ao depoimento prestado pelo senhor Eduardo Lira Correia, que é funcionário de José Raimundo Sales Chaves Júnior, vulgo Júnior Bolinha, cabe esclarecer que:

- o depoimento ocorreu no dia 17 de dezembro de 2013, na Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim, na presença dos promotores de justiça Pedro Lino Silva Curvelo e Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, além da advogada do depoente;

- o supracitado depoimento encontra-se devidamente juntado às fls. 225-227 dos autos do Procedimento Investigatório Criminal nº 002/2013 - Gaeco (processo nº 5596-2/2014.8.10.0001 - 5ª Vara Criminal da Capital), instaurado para apurar suposta conduta criminal descrita em matéria jornalística, publicada pelo Jornal Pequeno, em 7 de julho de 2013, que dava conta de possível ameaça à integridade física de um promotor de justiça;

- José Raimundo Sales Chaves Júnior, vulgo Júnior Bolinha, também prestou depoimento nos mesmos autos, o

qual encontra-se às fls. 243-244.

- ao final deste Procedimento Investigatório Criminal, o Ministério Público do Maranhão, por meio da 10ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís, requereu o arquivamento do feito. A manifestação ministerial foi acolhida pela 5ª Vara Criminal da Capital, em decisão proferida no dia 24 de maio de 2016, que determinou o arquivamento dos autos.

5. Por fim, o Ministério Público do Maranhão reafirma integral e irrestrita confiança ao promotor de justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, que sempre agiu com absoluta correção, equilíbrio, em harmonia com o ordenamento jurídico e em prol do interesse da sociedade - razões pelas quais integra a equipe do Gaeco desde 2002, quando o Grupo foi criado para combater as organizações criminosas que atuam no estado do Maranhão.

São Luís, 23 de março de 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

Comarca de Penalva realiza edição de Páscoa Solidária na zona rural do município

26 de Março de 2018 por Jailson Mendes | 0 comentários

O Poder Judiciário de Penalva realizou nesta quarta-feira, dia 21, a 2ª edição do projeto Páscoa Solidária. O projeto é feito em parceria com o Ministério Público, com participação efetiva de servidores do fórum e da promotoria, com cunho filantrópico voltado para a melhoria das condições sociais das crianças carentes residentes na zona rural de Penalva e nas áreas periféricas da sede do município que são beneficiadas com um dia de alegria e de festa.

Na edição deste ano, o projeto contemplou com ovos de Páscoa as crianças internadas no Hospital Municipal Jesus de Nazaré como forma de levar um pouco de alegria às crianças que estão internadas na unidade. Também foram contemplados os alunos da Escola Domingos Gomes, que fica situada no Bairro Novo na sede do município de Penalva, um bairro com grande vulnerabilidade social.

“Durante a execução do evento foi possível alcançar mais de 130 crianças que devido a condição socioeconômica nunca tiveram a oportunidade de desfrutar de um ovo de páscoa. Com este ato de amor foi possível ver nos rostos das crianças a alegria e satisfação pelo momento propiciado”, explicou o juiz titular Carlos Alberto Matos Brito.

E seguiu: “A ação social é uma forma de aproximar o Poder Judiciário com a sociedade penalvense, na tentativa de amenizar as problemáticas sociais, trazendo alegria e esperança para as crianças, pois a Páscoa é um período de renovação da esperança por uma sociedade mais justa e igualitária”. Por fim, o juiz estendeu agradecimentos aos servidores do Fórum e da Promotoria de Penalva e ao Grupo Mateus pelo segundo ano consecutivo abraçar essa causa, bem como aos advogados militantes na comarca.

Folha de SJB

Danos Morais: empresa que presta serviço defeituoso de telefone e internet deve ser penalizada

24/03/2018 00:00:00

A empresa Oi Telemar Norte Leste sofreu uma condenação judicial por ter prestado serviços de telefonia e internet defeituosos a uma consumidora. Na ação, a consumidora alegou que assinou contrato a fim de usufruir dos serviços de comunicação que lhe eram necessários. Porém, afirmou que o serviço de internet não foi prestado de forma satisfatória, ficando por meses sem qualquer sinal desse serviço, impossibilitando o regular uso, conforme diversos protocolos de reclamações junto à empresa. A condenação teve caráter pedagógico e gerou ressarcimento à consumidora.

A ação ressalta que, diante da situação, foi solicitado o cancelamento do serviço. Porém, o valor cobrado para o cancelamento foi considerado alto pela autora, já que não estava utilizando os serviços que contratou. Relatou que em situação mais grave estava o serviço de telefonia, que não foi usufruído em razão da fiação ter sido danificada por terceiros e que nunca foi consertada pela empresa Oi Telemar.

Entretanto, mesmo com os defeitos nos serviços, a empresa continuou a enviar contas de consumo para a autora. A mulher afirmou que pagou as contas, por medo de ter o nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito. "Diante dos transtornos, não restou outra saída senão procurar o judiciário para resguardar seu direito requerendo a procedência da demanda além da condenação da ré na restituição, em dobro, dos valores pagos indevidamente e danos morais", disse a autora na ação.

Conforme explicou a sentença, proferida pela 15ª Vara Cível de São Luís, foi realizada uma audiência de conciliação (CEJUSC), porém as partes não chegaram a um acordo. A empresa contestou, alegando a existência do contrato de prestação de serviço, e afirmou não haver razão para indenização em razão do efetivo cumprimento da prestação dos serviços, pedindo pela improcedência do pedido da consumidora.

A sentença afirmou que, nesses casos, a responsabilidade aplicável é a objetiva, conforme os arts. 12 e 14 do Código de Defesa do Consumidor. "Pela teoria do risco do empreendimento, todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no campo de fornecimento de serviços, tem o dever de responder pelos fatos resultantes do empreendimento, independentemente de culpa", relata a sentença.

"No caso, não se vislumbra qualquer alegação válida para a demora no reparo/restabelecimento dos serviços contratados pelo consumidor", entendeu o Judiciário, ressaltando que a autora ficou todo esse período, também, sem a utilização da sua linha telefônica/fixa, pois a instalação dos cabos foram desligadas por terceiros, sem notícia de religamento por parte da empresa.

Para a Justiça, cabia à empresa ré comprovar a efetiva regularidade dos serviços no período mencionado pela parte autora, o que não fez. "A própria requerida informou em sua contestação sobre a solicitação de reparo, sem qualquer comprovação de que de fato a linha da autora estava em pleno funcionamento ou que tenha promovido os reparos solicitados", observa a sentença.

A sentença condenou a Telemar Norte Leste S/A ao pagamento de indenização pelo abalo moral sofrido, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária e juros legais. As informações são da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Prefeita de São Vicente Férrer é acionada pelo MP por não pagar funcionários

Por Luís Pablo 25-03-2018 às 10:30 PolíticaComente

Prefeita Maria da Conceição

Atendendo pedido de medida liminar feito pelo Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em 16 de março, o bloqueio das contas do município de São Vicente Férrer. A medida foi motivada pelo atraso dos salários dos servidores municipais.

A decisão bloqueou 60% do recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) por tempo limitado ao completo pagamento dos funcionários.

Em caso de desobediência, foi estabelecido o pagamento de multa diária no valor de R\$ 5 mil, até o limite máximo de R\$ 500 mil, a ser paga solidariamente entre a prefeita Conceição de Maria Pereira Castro e o Município de São Vicente Férrer.

Formulou a Ação Civil Pública a promotora de justiça Alessandra Darub Alves. Proferiu a decisão o juiz Francisco Bezerra Simões.

Pela decisão, os recursos bloqueados devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento dos funcionários, utilizando o critério de prioridade para pagamento dos servidores efetivos (concurados ou admitidos no serviço público até 5 de outubro de 1983), entre estes os com maior número de meses em atraso. Em seguida, os servidores comissionados e contratados.

Em caso de descumprimento, foi determinado o pagamento de multa diária no valor de R\$ 5 mil e ainda apuração de responsabilidade penal e eventual improbidade administrativa.

Foi determinado também que o secretário de Administração Municipal encaminhe, no prazo máximo de 10 dias, as folhas de pagamento dos salários dos servidores, sob pena de multa diária, a ser cobrada pessoalmente do referido secretário, no valor de R\$ 1 mil até o limite de R\$ 100 mil.

Consta nos autos que o Município de São Vicente Férrer vem constantemente atrasando o pagamento dos salários dos servidores públicos municipais. O MPMA cobrou, por diversas vezes, providências para solucionar a questão, mas não foi atendido.

Para combater a violência no campo, Zé Inácio pede ao TJ criação de Vara Agrária

25/03/2018 11:00:09

Devido aos números alarmantes de conflitos ocorridos no campo no Maranhão, o Deputado Zé Inácio (PT), participou na última quinta-feira 22/03, de uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão-TJMA, Desembargador José Joaquim, para tratar da instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão, no Poder Judiciário.

O pedido é uma indicação do Deputado Zé Inácio (PT), que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Estado do Maranhão, para processar e julgar com exclusividade as ações que tratem de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A tensão social se agrava a cada dia, e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que será realizado um novo encontro com o Desembargador José Joaquim, o Deputado Zé Inácio, e com representantes das entidades no Estado que lutam para combater a violência no campo.

"O campo derrama sangue todos os dias, os povos que vivem nestas áreas estão cansados de terem suas terras invadidas e suas propriedades saqueadas, e junto com isso a apatia e o descaso dos órgãos competentes que estão deixando que várias famílias venham a ser expulsas indiscriminadamente, então com a criação desta Vara poderá solucionar estes conflitos pela terra e ajudar na prevenção e combate de novos conflitos", disse Zé Inácio.

Dados

Em 2015, foi realizada na Assembleia uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias que denunciou a morte de uma liderança indígena

Kaapor.

Há seis anos o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016, foram registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas.

A quem interessa o abafa do Caso Décio?!?

25/03/2018 08:00:02

Cada vez que se cogita reabrir o assassinato do jornalista, um grupo formado por gente de vários segmentos parte pra cima dos setores responsáveis como se gritassem, em uníssono: "deixem tudo como está!!!"

Este blog diz desde 2012 que parece haver um pacto sombrio entre a mídia, setores da polícia, Ministério Público e Judiciário para deixar o assassinato do jornalista Décio Sá exatamente como está.

E agora, que a Secretaria de Segurança Pública decidiu reabrir o caso, este grupo voltou a gritar com força para que nada seja tirado do lugar.

Mas a quem interessa o abafa no caso Décio?!?

Porquê não se pode abrir a mínima possibilidade de que haja outras nuances?!?

O assassinato do jornalista ficou cercado por obscuridades desde o início das investigações, mas parece que todos os segmentos sociais – imprensa, judiciário, Ministério Público, igreja e até familiares da vítima – preferem que a coisa continue como está.

Mas há diversas perguntas sem respostas no caso.

Algumas delas:

1 – Quem ligou para o então vereador Fábio Câmara, pouco antes da morte de Décio, querendo saber onde se encontrava o jornalista?

2 – Quem eram os empresários presentes, às vésperas do assassinato, em uma farra no extinto empório Grand Cru com a presença dos indiciados Júnior Bolinha e Fábio Capita?

3 – Quem foi o oficial da Polícia Militar que apontou uma arma para o empresário Alessandro Martins, na garagem do edifício Two Towers e levou seu carro?

4 - Que fim levou o criminoso Valdêmio, delator do esquema montado para matar Décio e que, supostamente, foi assassinado em uma casa na Raposa?

5 - Qual o nível de envolvimento do ex-secretário e hoje deputado Raimundo Cutrim com os acusados de serem mandantes, com o próprio Décio e com a morte do jornalista?

Só por estas respostas já se justificaria a abertura do caso Décio, cercado por dezenas de outras obscuridades.

É impressionante como os segmentos sociais envolvidos parecem querer continuar no escuro.

Mas este blog vai continuar exigindo respostas.

A menos que também seja calado por estes atores sociais.

Simple assim...

Aluisio Mendes afirma serem mentirosas acusações sobre caso Décio Sá...

24/03/2018 14:30:14

Secretário de Segurança na época da morte do jornalista, deputado federal chama Júnior Bolinha de mentiroso e diz nunca ter tido relação de amizade ou proximidade com o promotor Marco Aurélio Rodrigues

Aluisio em depoimento na AL, com Raimundo Cutrim ao fundo

O deputado federal Aluisio Mendes reagiu com indignação às acusações, atribuídas a Júnior Bolinha, de que teria interferido na investigação do assassinato do jornalista Décio Sá.

Bolinha é tido como um dos mandantes da morte de Décio, e prestou depoimento em janeiro, que levou à reabertura do caso.

O parlamentar requereu oficialmente à Superintendência de Polícia da Secretaria de Segurança que forneça as informações e tome as providências necessárias para que possa ajuizar todas as medidas legais contra as declarações que afirma serem levianas mentirosas.

"Repudio veementemente a tentativa de um criminoso de atingir a minha honra, e vou interpela-lo judicialmente. Como secretário de Segurança Pública naquela época, dei total apoio e autonomia à equipe da Polícia Civil que investigou o caso, sem ter nenhuma interferência na investigação", enfatizou Aluisio Mendes, em nota de esclarecimento.

O deputado esclareceu ainda que nunca trabalhou como policial federal ou manteve relação de amizade com o promotor Marco Aurélio Rodrigues, do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco). E que também não teve qualquer relacionamento com o empresário Marcos Regadas, ao contrário do que teria dito Júnior Bolinha em depoimento.

"São declarações totalmente mentirosas e caluniosas", reagiu Aluisio Mendes.

Também em nota, o Ministério Público afirmou ser *"inverídico e leviano o depoimento veiculado na mídia que imputa ao promotor Marco Aurélio Rodrigues a prática de condutas criminosas no curso da investigação referente ao assassinato do jornalista Décio Sá"*. E que o documento divulgado *"traz a pretensão de macular a honra e a imagem do promotor cuja atuação profissional é marcada com notas indeléveis de retidão e respeito aos princípios constitucionais e republicanos"*.

Abaixo, a nota de Aluisio Mendes:

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em respeito à população maranhense e a bem da verdade, esclareço que é totalmente MENTIROSA e CALUNIOSA a declaração que "teria" sido dada pelo criminoso conhecido pela alcunha de "Júnior Bolinha", a qual "constaria" de depoimento dele.

Já requeri oficialmente à Superintendência de Polícia da Secretaria de Segurança que me forneça as informações e tome as providências necessárias para que possa ajuizar todas as medidas legais contra tão levianas e mentirosas declarações, pois repudio veementemente a tentativa de um criminoso de atingir a minha honra, e vou interpela-lo judicialmente.

Quanto às investigações do covarde assassinato do respeitável jornalista Décio Sá, no decorrer de todo o processo, quando era secretário de Segurança Pública, dei total apoio e autonomia à equipe da Polícia Civil que investigou o caso, sem ter nenhuma interferência na investigação.

A bem da verdade, afirmo que não atuei como policial federal - em Roraima ou em qualquer outro estado - com o promotor Marco Aurélio, a quem somente conheci em São Luís e com quem só mantive relações de trabalho.

Do mesmo modo, afirmo ser totalmente mentirosa e ofensiva a acusação de que teria recebido dinheiro do empresário Marcos Regadas, com quem nunca tive qualquer relacionamento.

Por fim, reafirmo que, como secretário de Segurança Pública, garanti todas as condições para que o assassinato do jornalista Décio Sá fosse elucidado e os responsáveis punidos, em respeito à família da vítima e à toda a sociedade maranhense, que não pode conviver com a impunidade dos criminosos.

Aluísio Mendes

Deputado federal

MPs do Maranhão e Pará se reúnem com Vale para avaliar medidas de acordo judicial

A situação de acesso ilegal, ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), ficou conhecida como “Caso dos Meninos do Trem”.

Em 26 de Março de 2018

Em reunião realizada na manhã desta sexta-feira, 23, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, representantes dos Ministérios Públicos do Maranhão (MPMA) e do Pará (MPPA) avaliaram as medidas do acordo judicial firmado em 2015 com a Vale S/A para evitar o embarque clandestino de crianças e adolescentes nos trens da companhia.

A situação de acesso ilegal, ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), ficou conhecida como “Caso dos Meninos do Trem”.

Oficializado por meio de transação judicial, o acordo é relativo à Ação Civil Pública ajuizada, em 2011, pela Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. A transação judicial é um documento firmado entre as partes de um conflito na Justiça, sob a homologação de um juiz.

O acordo prevê a realização de reuniões periódicas entre os Ministérios Públicos dos dois estados e a empresa para revisão e discussão de eventuais melhorias dos itens do plano de segurança.

Do MPMA, participaram da reunião os promotores de justiça Márcio Thadeu Silva Marques e Fátima Maria Sousa Arôso Mendes (Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Luís) e, do MPPA, Alexssandra Muniz Mardegan (Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Marabá).

No encontro, o advogado da Vale S/A relatou uma possível ocorrência de embarque clandestino de um menino de 12 anos avistado no cruzamento de trens em Alto Alegre, no Maranhão, em 19 de outubro de 2017, pelo maquinista e inspetor de segurança. O garoto foi acolhido pelo Conselho Tutelar em Buriticupu, mas a empresa não foi notificada para recambiá-lo ao seu município de origem.

Em seguida, foram avaliadas as propostas de materiais gráficos, especialmente cartazes, a serem produzidos para alertar a população sobre as medidas de segurança na EFC, evitando acidentes, e prevenir o embarque clandestino nos trens de minério. Também foram apresentados os conteúdos de um vídeo institucional que será produzido pelo Ministério Público com os mesmos temas.

A próxima reunião será realizada na sede do MPPA, em Belém, no dia 23 de novembro.

Balanço dos 100 dias de gestão do desembargador José Joaquim Figueiredo aponta avanços no Judiciário maranhense

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, fez um balanço das atividades desenvolvidas nos 100 dias no comando do Judiciário maranhense. O magistrado tomou posse no dia 15 de dezembro de 2017.

"Em 100 dias, o Tribunal de Justiça promoveu importantes ações no sentido de modernizar o serviço prestado aos jurisdicionados, com ênfase para projetos voltados à celeridade processual", afirma o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Entre as ações desenvolvidas no período, destacam-se as gestões feitas junto à Assembleia Legislativa para aprovação do Projeto de Lei que reajustou em 5% os salários dos servidores; o aumento dos auxílios-saúde e alimentação dos servidores; o anúncio da vigência da Resolução para garantir mais eficiência ao trabalho desenvolvido na área de segurança institucional; a entrega de ambulância com equipamentos para atendimento de magistrados, servidores e de pessoas que utilizam os serviços judiciários no prédio-sede do TJMA; a implantação do sistema de videoconferência entre os órgãos do Judiciário; entre outros.

O plano de capacitação de servidores e magistrados para o ano de 2018, elaborado com o diretor da Escola Superior da Magistratura, desembargador Paulo Velten; a implantação do sistema de videoconferência entre os órgãos do Judiciário; o apoio incondicional ao Núcleo de Solução de Conflitos no sentido de reduzir a litigiosidade, utilizando os mecanismos de conciliação, também incluem-se entre as atividades desenvolvidas no período.

CONCILIAÇÃO

O presidente do TJMA afirmou que a conciliação vem sendo uma prioridade na sua gestão. "Diante de uma demanda processual altíssima, faz-se necessário positivar o instituto da conciliação, para que a resolução consensual seja priorizada. Para isso, o Tribunal de Justiça está dando apoio incondicional ao Núcleo de Solução de Conflitos, que, com ações práticas e efetivas, vem contendo o ímpeto de litigiosidade no Estado", frisou, acrescentando que o TJMA vai viabilizar a instalação de Plataforma Digital de Conciliação no prédio-sede do Poder Judiciário.

Ele diz que o ganho social com os métodos alternativos de resolução de litígios é muito grande. "Não mediremos esforços em prol da composição amigável para viabilizar a superação de litígios que, ao serem resolvidos, possibilitam que outros processos possam ser analisados e julgados, desafogando o Poder Judiciário", pontuou o presidente do TJMA.

MAIS

EM <http://garrone.com.br/balanco-dos-100-dias-de-gestao-do-desembargador-jose-joaquim-figueiredo-dos-anjos-aponta-avancos-no-judiciario-maranhense/>

INFORMAÇÕES

Zé Inácio pede ao TJ criação de Vara Agrária para combater a violência no campo,

Devido aos números alarmantes de conflitos ocorridos no campo no Maranhão, o Deputado Zé Inácio (PT), participou na última quinta-feira 22/03, de uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão-TJMA, Desembargador José Joaquim, para tratar da instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão, no Poder Judiciário.

O pedido é uma indicação do Deputado Zé Inácio (PT), que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Estado do Maranhão, para processar e julgar com exclusividade as ações que tratem de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A tensão social se agrava a cada dia, e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que será realizado um novo encontro com o Desembargador José Joaquim, o Deputado Zé Inácio, e com representantes das entidades no Estado que lutam para combater a violência no campo.

“O campo derrama sangue todos os dias, os povos que vivem nestas áreas estão cansados de terem suas terras invadidas e suas propriedades saqueadas, e junto com isso a apatia e o descaso dos órgãos competentes que estão deixando que várias famílias venham a ser expulsas indiscriminadamente, então com a criação desta Vara poderá solucionar estes conflitos pela terra e ajudar na prevenção e combate de novos conflitos”, disse Zé Inácio.

Dados

Em 2015, foi realizada na Assembleia uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias que denunciou a morte de uma liderança indígena Kaapor.

Há seis anos o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016, foram registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas.

Para combater a violência no campo, Zé Inácio (PT) solicita ao TJMA criação de Vara Agrária

Postado em 25 de Março de 2018

Devido aos números alarmantes de conflitos ocorridos no campo no Maranhão, o Deputado Zé Inácio (PT), participou na última quinta-feira 22/03, de uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão-TJMA, Desembargador José Joaquim, para tratar da instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão, no Poder Judiciário.

O pedido é uma indicação do Deputado Zé Inácio (PT), que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Estado do Maranhão, para processar e julgar com exclusividade as ações que tratem de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A tensão social se agrava a cada dia, e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que será realizado um novo encontro com o Desembargador José Joaquim, o Deputado Zé Inácio, e com representantes das entidades no Estado que lutam para combater a violência no campo.

“O campo derrama sangue todos os dias, os povos que vivem nestas áreas estão cansados de terem suas terras invadidas e suas propriedades saqueadas, e junto com isso a apatia e o descaso dos órgãos competentes que estão deixando que várias famílias venham a ser expulsas indiscriminadamente, então com a criação desta Vara poderá solucionar estes conflitos pela terra e ajudar na prevenção e combate de novos conflitos”, disse Zé Inácio.

Dados

Em 2015, foi realizada na Assembleia uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias que denunciou a morte de uma liderança indígena Kaapor.

Há seis anos o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016, foram registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas.

MENINOS DO TREM” - MPs do Maranhão e Pará se reúnem com Vale para avaliar medidas de acordo judicial

Em reunião realizada na manhã desta sexta-feira, 23, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, representantes dos Ministérios Públicos do Maranhão (MPMA) e do Pará (MPPA) avaliaram as medidas do acordo judicial firmado em 2015 com a Vale S/A para evitar o embarque clandestino de crianças e adolescentes nos trens da companhia.

A situação de acesso ilegal, ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), ficou conhecida como “Caso dos Meninos do Trem”.

Oficializado por meio de transação judicial, o acordo é relativo à Ação Civil Pública ajuizada, em 2011, pela Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. A transação judicial é um documento firmado entre as partes de um conflito na Justiça, sob a homologação de um juiz.

O acordo prevê a realização de reuniões periódicas entre os Ministérios Públicos dos dois estados e a empresa para revisão e discussão de eventuais melhorias dos itens do plano de segurança.

Do MPMA, participaram da reunião os promotores de justiça Márcio Thadeu Silva Marques e Fátima Maria Sousa Arôso Mendes (Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Luís) e, do MPPA, Alexssandra Muniz Mardegan (Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Marabá).

No encontro, o advogado da Vale S/A relatou uma possível ocorrência de embarque clandestino de um menino de 12 anos avistado no cruzamento de trens em Alto Alegre, no Maranhão, em 19 de outubro de 2017, pelo maquinista e inspetor de segurança. O garoto foi acolhido pelo Conselho Tutelar em Buriticupu, mas a empresa não foi notificada para recambiá-lo ao seu município de origem.

Em seguida, foram avaliadas as propostas de materiais gráficos, especialmente cartazes, a serem produzidos para alertar a população sobre as medidas de segurança na EFC, evitando acidentes, e prevenir o embarque clandestino nos trens de minério. Também foram apresentados os conteúdos de um vídeo institucional que será produzido pelo Ministério Público com os mesmos temas.

A próxima reunião será realizada na sede do MPPA, em Belém, no dia 23 de novembro.

NA TRINCHEIRA: Para combater a violência no campo, Zé Inácio (PT) solicita ao TJMA criação de Vara Agrária

26/03/2018 BNC Notícias Política

GRANDE ILHA - Devido aos números alarmantes de conflitos ocorridos no campo no Maranhão, o Deputado Zé Inácio (PT), participou na última quinta-feira 22/03, de uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão-TJMA, Desembargador José Joaquim, para tratar da instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão, no Poder Judiciário.

O pedido é uma indicação do Deputado Zé Inácio (PT), que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Estado do Maranhão, para processar e julgar com exclusividade as ações que tratem de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A tensão social se agrava a cada dia, e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que será realizado um novo encontro com o Desembargador José Joaquim, o Deputado Zé Inácio, e com representantes das entidades no Estado que lutam para combater a violência no campo.

“O campo derrama sangue todos os dias, os povos que vivem nestas áreas estão cansados de terem suas terras invadidas e suas propriedades saqueadas, e junto com isso a apatia e o descaso dos órgãos competentes que estão deixando que várias famílias venham a ser expulsas indiscriminadamente, então com a criação desta Vara poderá solucionar estes conflitos pela terra e ajudar na prevenção e combate de novos conflitos”, disse Zé Inácio.

Dados

Em 2015, foi realizada na Assembleia uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias que denunciou a morte de uma liderança indígena Kaapor.

Há seis anos o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016, foram registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas.

Justiça condena homem a mais de sete anos de prisão por tentativa de feminicídio

Publicada em 25 de Março de 2018 às 11h30 Versão para impressão

Tribunal do Júri da Comarca de São Pedro da Água Branca, condenou João Sirenes de Jesus Oliveira a sete anos, três meses e 15 dias de prisão pela tentativa de homicídio de Delzanira Silva Ribeiro. O condenado deverá cumprir a pena em regime inicial fechado, em razão de ser reincidente.

Os jurados acolheram a tese do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), defendida pela promotora de justiça Fabiana Santalucia Fernandes, reconhecendo as qualificadoras de motivo fútil e feminicídio. Proferiu a sentença o juiz Bruno Nayro de Andrade Miranda.

Consta nos autos que, em 5 de novembro do ano passado, João Sirenes de Jesus Oliveira desferiu dois golpes de faca em Delzanira Silva Ribeiro, sua companheira até então, que estava grávida. A tentativa de assassinato foi cometida, durante a madrugada, na frente da filha do casal. O condenado foi preso em flagrante no dia do crime.

Em razão dos golpes, a vítima permaneceu 30 dias impossibilitada de realizar as suas tarefas habituais e, ainda, adquiriu uma deformidade permanente em um dos seios.

Homem é condenado por tentativa de feminicídio em São Pedro da Água Branca

Por ser reincidente, condenado deverá cumprir a pena em regime inicial fechado.

IMIRANTE.COM, COM INFORMAÇÕES DO MP-MA

24/03/2018 às 19h37

SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA - O Tribunal do Júri da Comarca de São Pedro da Água Branca, a 700km de São Luís, condenou João Sirenes de Jesus Oliveira a sete anos, três meses e 15 dias de prisão pela tentativa de homicídio de Delzanira Silva Ribeiro. O condenado deverá cumprir a pena em regime inicial fechado, em razão de ser reincidente.

Os jurados acolheram a tese do Ministério Público do Maranhão, defendida pela promotora de justiça Fabiana Santalucia Fernandes, reconhecendo as qualificadoras de motivo fútil e feminicídio. Proferiu a sentença o juiz Bruno Nayro de Andrade Miranda.

Consta nos autos que, em 5 de novembro de 2017, João Sirenes de Jesus Oliveira desferiu dois golpes de faca em Delzanira Silva Ribeiro, sua companheira até então, que estava grávida. A tentativa de assassinato foi cometida, durante a madrugada, na frente da filha do casal. O condenado foi preso em flagrante no dia do crime.

Em razão dos golpes, a vítima permaneceu 30 dias impossibilitada de realizar as suas tarefas habituais e, ainda, adquiriu uma deformidade permanente em um dos seios.

Deputado Zé Inácio sugere Vara específica para cuidar de questões agrárias

por Aquiles Emir - 26 de março de 201803

Devido aos números alarmantes de conflitos ocorridos no campo no Maranhão, o deputado Zé Inácio (PT) participou, semana passada, de uma reunião com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Eles discutiram a instalação da primeira Vara Agrária do Estado do Maranhão no Poder Judiciário.

O pedido é uma indicação do deputado, que requer a criação da Vara Especial Agrária, com sede em São Luís e competência em todo o Maranhão, para processar e julgar com exclusividade as ações que tratem de questões agrárias envolvendo conflitos fundiários coletivos por posse de terras rurais.

O projeto visa combater a violência no campo e solucionar os diversos conflitos agrários e fundiários por posse de terras rurais. A tensão social agrava-se a cada dia e envolve casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Durante a reunião, ficou acordado que haverá novo encontro com o desembargador José e representantes das entidades que lutam para combater a violência no campo. “O campo derrama sangue todos os dias. O povo que vive nestas áreas está cansado de ter suas terras invadidas e propriedades saqueadas, e junto com isso, a apatia e o descaso dos órgãos competentes que estão fazendo com que várias famílias venham a ser expulsas indiscriminadamente. Logo, a criação desta Vara poderá solucionar estes conflitos pela terra e ajudar na prevenção e combate de novos conflitos”, disse Zé Inácio.

Em 2015, foi realizada na Assembleia Legislativa uma audiência pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias, que denunciou a morte de uma liderança indígena Kaapor.

Há seis anos, o Maranhão ocupa a primeira colocação em número de ocorrências em todo o país. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, em 2016 foram registrados 194 conflitos em 75 cidades, com 13 mortes e mais de 31 mil famílias afetadas.

Ministério Público e Vale debatem embarques de menores desacompanhados em trem

por Aquiles Emir - 26 de março de 201806

Em reunião realizada sexta-feira (23), na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, representantes dos Ministérios Públicos do Maranhão e do Pará avaliaram as medidas do acordo judicial firmado em 2015 com a Vale S/A para evitar o embarque clandestino de crianças e adolescentes nos trens da companhia.

A situação de acesso ilegal, ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), ficou conhecida como “Caso dos Meninos do Trem”.

Oficializado por meio de transação judicial, o acordo é relativo à Ação Civil Pública ajuizada, em 2011, pela Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia. A transação judicial é um documento firmado entre as partes de um conflito na Justiça, sob a homologação de um juiz.

O acordo prevê a realização de reuniões periódicas entre os Ministérios Públicos dos dois estados e a empresa para revisão e discussão de eventuais melhorias dos itens do plano de segurança.

Do MPMA, participaram da reunião os promotores de justiça Márcio Thadeu Silva Marques e Fátima Maria Sousa Arôso Mendes (Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Luís) e, do MPPA, Alexssandra Muniz Mardegan (Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Marabá).

O advogado da Vale relatou uma possível ocorrência de embarque clandestino de um menino de 12 anos avistado no cruzamento de trens em Alto Alegre, no Maranhão, em 19 de outubro de 2017, pelo maquinista e inspetor de segurança. O garoto foi acolhido pelo Conselho Tutelar em Buriticupu, mas a empresa não foi notificada para recambiá-lo ao seu município de origem.

Em seguida, foram avaliadas as propostas de materiais gráficos, especialmente cartazes, a serem produzidos para alertar a população sobre as medidas de segurança na EFC, evitando acidentes, e prevenir o embarque clandestino nos trens de minério. Também foram apresentados os conteúdos de um vídeo institucional que será produzido pelo Ministério Público com os mesmos temas.

A próxima reunião será realizada na sede do MPPA, em Belém, no dia 23 de novembro.

Cerca de 500 pessoas participaram das comemorações pelos 24 anos do Sindjus-MA

Muita animação, música e premiação dos vencedores do I Concurso de Redação do Sindjus-MA marcaram a comemoração pelos 24 anos de fundação do Sindicato ocorrida no último sábado (24), na Sede Social da Raposa, na Estrada da Raposa, Região Metropolitana de São Luís. A festa começou logo após o encerramento da Assembleia Geral de Prestação de Contas do Exercício de 2017, no início da tarde, e reuniu cerca de 500 pessoas entre filiados e seus familiares.

A animação musical ficou por conta dos cantores Guilherme Torres e Wesley Dantas, acompanhados de suas bandas. Para as crianças foi montado um parquinho próximo à Arena de Futebol, além da piscina que estava liberada e sob a atenção de salva-vidas profissionais. Também houve sorteio de brindes para os filiados.

Wesley Dantas e o Forró Estilizado Wesley Dantas e o Forró Estilizado

Assim que a Assembleia Geral foi encerrada, a mesa diretora deu lugar a instrumentos musicais e caixas de som. Os servidores ainda estavam almoçando quando os músicos começaram a tocar. A animação tomou conta e os filiados demonstraram que possuem muitas razões para festejar os 24 anos do Sindjus-MA.

Guilherme Torres e Banda Guilherme Torres e Banda

A oficiala de justiça da Comarca de Imperatriz, Luziane Ponciano, por exemplo, disse o Sindicato é o melhor instrumento para concretização dos seus direitos como servidora diante o Tribunal de Justiça Maranhão (TJMA). “Foi através do Sindicato que nós conseguimos várias conquistas e eu acredito que com ele ainda vamos conquistar muito mais”, afirmou.

Para o técnico judiciário da Comarca de São Bento, Edmilson de Jesus Oliveira, disse que ter o Sindicato para representa-lo é muito importante. “Sempre que nós precisamos na Comarca, eles nos representaram, muitas vezes a gente precisa de um esclarecimento jurídico que o servidor sozinho não tem como ter. Então ter o Sindicato para nos representar e dar suporte é muito importante”, declarou.

Parquinho infantil garantiu a brincadeira da criança Parquinho infantil garantiu a brincadeira da criança

Para a auxiliar judiciária da Comarca de Bequimão Amercia Suzane Morais Alexandre, o Sindjus-MA está sempre por perto e à disposição dos filiados. “Assim que eu entrei no Tribunal, eu me filiei logo ao Sindicato e o que ele representa para mim nesses 11 anos é a luta e a defesa dos nossos direitos. Sempre que a gente procura o Sindicato, todos estão dispostos a ajudar, a tirar dúvidas! A Diretoria está sempre presente na Comarca. A gente sempre pode contar com o Sindjus-MA”, afirmou.

Piscina foi opção de diversão no sábado. E com toda segurança Piscina foi opção de diversão no sábado. E com toda segurança

“A história do Sindjus-MA representa luta e determinação”, resumiu o conselheiro fiscal do Sindicato e auxiliar judiciário da Comarca de Bacabal, Loucélio Roza.

Concurso de Redação

Wesley Dantas, Karen Daniele Cardoso de Oliveira, ganhadora do Iphone; o secretário-geral do Sindjus-MA, Márcio Luís; e o diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Artur Estevam Filho Wesley Dantas, Karen Daniele Cardoso de Oliveira, ganhadora do Iphone; o secretário-geral do Sindjus-MA, Márcio Luís; e o diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Artur Estevam Filho

Márcio Luís, Clédison Xavier Silva, ganhador de um cheque de R\$ 500; Aníbal Lins e George Ferreira Márcio Luís, Clédison Xavier Silva, ganhador de um cheque de R\$ 500; Aníbal Lins e George Ferreira

Confira a lista completa de sortudos:

Franklene de Araújo Pinheiro - técnica judiciária em São Luis - ganhou um cheque de R\$ 1 mil;

Priscilla Prata Gomes - técnica judiciária de São Luis - ganhou um kit do Boticário;

Leonice Barros de Medeiros - auxiliar judiciária de Timon - ganhou um kit do Boticário;

André das Chagas Viana - técnico judiciário de Bacabal - ganhou um kit do Boticário;

Ruthilene Pereira Campos - técnico judiciário de Zé Doca - ganhou um kit do Boticário;

Marli Martins Correia - técnica judiciária de São Luis - ganhou um cheque de R\$ 500;

Flavia Helena Batalha - técnica judiciária de Pio XII - ganhou um kit do Boticário;

Silany Pinto Pereira dos Santos - auxiliar judiciário de Bom Jardim - ganhou um kit do Boticário;

Rosângela Mendes Correia - auxiliar judiciária em São Luis - ganhou um kit do Boticário;

Clédison Xavier Silva - oficial de justiça de Pindaré Mirim - ganhou um cheque de R\$ 500;

Douviran Teixeira Ageme - técnico judiciário de Pindaré Mirim - ganhou uma TV 42 polegadas

Karen Daniele Cardoso de Oliveira - auxiliar judiciária de Itapecuru Mirim - ganhou o Iphone 6.

Os servidores que estiverem na lista, mas que não receberam seus presentes, devem entrar em contato com a Secretaria Geral do Sindjus-MA pelo telefone: (98) 3232 6454.